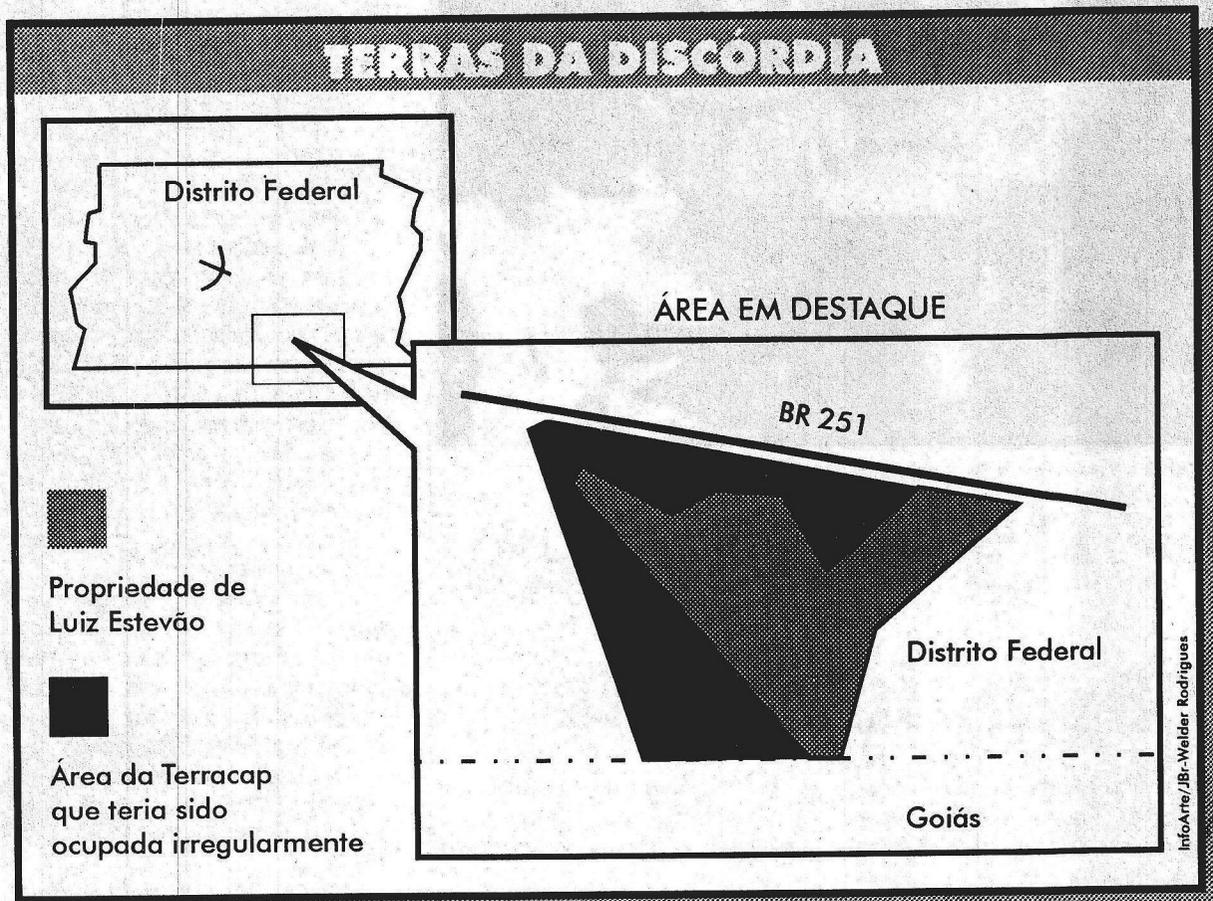


Câmara Legislativa consolida autonomia política

Edson Gês



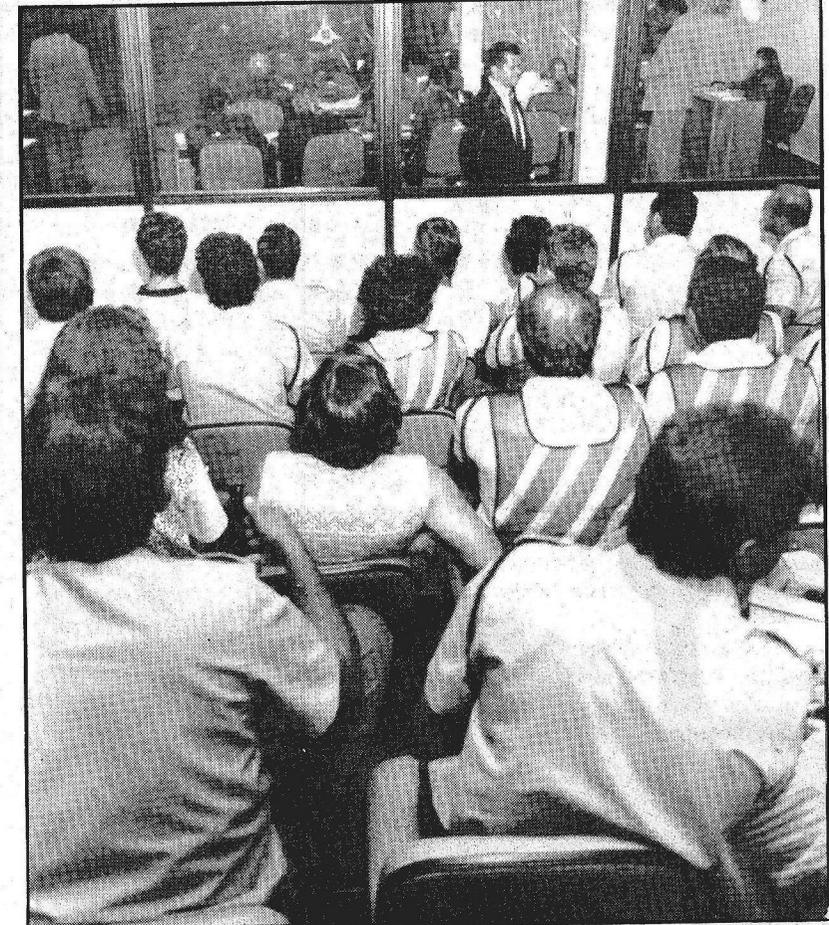
Terracap alega ser a proprietária e quer reaver o terreno

Com apenas quatro anos, três meses e 21 dias de funcionamento, a Câmara Legislativa representa a consolidação da autonomia política do Distrito Federal. Após 26 anos de luta, o brasiliense pôde exercer pela primeira vez seu direito básico de cidadania, o voto, em 1986, quando foram eleitos os primeiros deputados federais e senadores. Mas foi somente em 1990, com as eleições para governador e deputados distritais, que a cidade atingiu sua autonomia, estabelecida na Constituição de 1988.

Instalada provisoriamente no prédio da extinta Embrater, no final da Asa Norte, com seus 24 deputados que tomaram posse no dia 1º de janeiro de 1991, a Câmara enfrentou diversos problemas de ordem estrutural com a falta de recursos materiais e humanos necessários. Logo após a primeira missão legislativa da Casa — a elaboração e aprovação do Regimento Interno — a Câmara aprovou ainda em 1991 a realização de concursos públicos.

No dia 30 de agosto de 1993 foi concluída a fase de transição e o quadro de pessoal completado, extinguindo assim a estrutura provisória e criando a definitiva. Hoje, a Casa possui aproximadamente 1.200 funcionários dos quais metade é concursada e a outra metade é de livre provimento, incluindo o pessoal lotado nos gabinetes.

Durante a breve existência da Câmara, a Lei Orgânica do Distrito Federal, promulgada no dia 8 de junho de 1993, destaca-se como o principal trabalho legislativo. Ela foi responsável pelo ordenamento jurídico, definindo o exercício da autonomia política, administrativa e financeira do Distrito Federal, dispondo sobre os princípios da administração pública e os direitos



A Câmara é o fórum apropriado para o debate das questões do DF

dos cidadãos.

A função de fiscalização também tem sido exercida pela Câmara Legislativa, seja pela Assessoria de Fiscalização e Controle Externo seja por meio das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI). Até o momento já foram instaladas as CPIs da Terra, das Mensalidades Escolares, da Violência na Polícia Militar do DF e da Grilagem.

Na sua segunda legislatura, que teve início no dia 1º de janeiro de 1995, a Câmara tem como principal objetivo recuperar a imagem da Casa e fortalecer a autonomia

política do Distrito Federal que vem sendo ameaçada por diversos projetos de deputados federais que propõem alterações políticas na capital.

O último deputado federal que mostrou a intenção de modificar o Distrito Federal foi o gaúcho João Domingos Nader (PPR). Apesar de não ter ainda o projeto pronto, o deputado fala em reduzir o Distrito Federal ao Plano Piloto, Lagos Sul e Norte, Núcleo Bandeirante e transformar as cidades-satélites em municípios, com suas respectivas Câmaras de Vereadores.